



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 215186/23  
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL  
ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE OURIZONA  
INTERESSADO: ALEX ANIS, ROSA MEIRE DA SILVA MARTINS  
RELATOR: CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA

## ACÓRDÃO Nº 2547/23 - Segunda Câmara

Prestação de contas anual.  
Câmara Municipal de Ourizona.  
Exercício de 2022. Inexistência de  
restrições. Manifestações  
uniformes. Regularidade das  
contas.

### 1. DO RELATÓRIO

Trata-se da prestação de contas anual da Câmara Municipal de Ourizona, referente ao exercício financeiro de 2022, de responsabilidade de Rosa Meire da Silva Martins.

O orçamento para o exercício foi inicialmente fixado em R\$ 982.000,00.

As informações concernentes às prestações de contas dos exercícios anteriores são as seguintes<sup>1</sup>:

| Nº DO PROCESSO | ANO  | ASSUNTO                   | TRÂMITE ATUAL | TIPO ATO | Nº ATO    | RESULTADO |
|----------------|------|---------------------------|---------------|----------|-----------|-----------|
| 196067/19      | 2018 | PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL | DP            | ACO      | 3497/2019 | Regular   |
| 209258/20      | 2019 | PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL | DP            | ACO      | 1526/2020 | Regular   |
| 182906/21      | 2020 | PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL | DP            | ACO      | 2348/2021 | Regular   |
| 194339/22      | 2021 | PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL | DP            | ACO      | 2286/2022 | Regular   |

<sup>1</sup> Tabela reproduzida da Instrução 1788/23 - CGM, peça 6.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

A Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM, na Instrução nº 1788/23 – CGM (peça 6), manifestou-se conclusivamente pela regularidade das contas.

O Ministério Público de Contas, pelo Parecer nº 382/23 – 3PC (peça 7) aderiu ao opinativo da unidade técnica pela regularidade das contas.

É o relatório.

### 2. DA FUNDAMENTAÇÃO

Conforme relatado, a análise efetuada pela unidade técnica, com base no escopo adotado para o exercício em exame, não resultou em apontamentos no sentido de recomendações ou restrições. Diante disso, as manifestações conclusivas da CGM e do Ministério Público de Contas foram uniformes e indicaram a regularidade das contas em apreço.

### 3. DO VOTO

Ante o exposto, com fundamento no artigo 16, inciso I<sup>2</sup>, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, **VOTO** pela regularidade das contas da Câmara Municipal de Ourizona, referentes ao exercício de 2022.

Após o trânsito em julgado, determino o encerramento do feito, em conformidade com o art. 398, § 1º, do Regimento Interno<sup>3</sup>, e seu arquivamento junto à Diretoria de Protocolo.

**VISTOS, relatados e discutidos,**

---

<sup>2</sup> Art. 16. As contas serão julgadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, financeiros, a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão do responsável, bem como, o atendimento das metas e objetivos;

<sup>3</sup> Art. 398. (...) § 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

## ACORDAM

Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro **IVAN LELIS BONILHA**, por unanimidade, em:

I- Julgar regulares as contas da Câmara Municipal de Ourizona, referentes ao exercício de 2022; e

II- determinar, após o trânsito em julgado, o encerramento do feito, em conformidade com o art. 398, § 1º, do Regimento Interno<sup>4</sup>, e seu arquivamento junto à Diretoria de Protocolo.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI

Presente o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas GABRIEL GUY LÉGER.

Plenário Virtual, 24 de agosto de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 14.

**IVAN LELIS BONILHA**

Presidente

---

<sup>4</sup> Art. 398. (...) § 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator.